IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015
ISSN 1982-3657

FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (ESCA) EM ARACAJU

LUCIVANIA DE OLIVEIRA LISBOA

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

Formas de Enfrentamento da Exploração Sexual de crianças e adolescentes (ESCA) em Aracaju
Eixo: Educação, Corpo, Sexualidade, Gênero

RESUMO: O artigo faz uma análise da rede de enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente- ESCA no município de Aracaju, baseado na "Atualização Matriz Intersetorial de Enfrentamento a ESCA". O estudo apresentou conceitos e ações que envolvem o enfrentamento à ESCA através de uma gestão intersetorial, baseado em dois eixos da Atualização da Matriz, são eles: Promoção e Defesa e Responsabilização. Logo, considera-se que existe uma rede de enfrentamento à ESCA, mas torna-se necessário superar a fragmentação das ações e serviços oferecidas pela rede de enfrentamento à violência sexual, através de um trabalho intersetorial, como preceitua o ECA.

Palavras- chaves: Exploração sexual de Crianças e adolescentes, Rede, Intersetorialidade.

ABSTRACT: The study presents an analysis of the Network coping Sexual abuse against Children and Adolescents -ESCA in the city of Aracaju, based on the "Atualização Matriz Intersetorial de Enfrentamento a ESCA" .This research came up with concepts and practices to face the ESCA by employing an intersectional approach guided by the axis of the "Atualização da Matriz" which are: Promotion and Defense and Accountability. Therefore, it is considered that there the groups against, but becomes the necessity of surpassing the fragmentation of the practices and services offered by the groups against sexual violence through an intersectional work as it is advocated by the ECA.

Keywords: Sexual abuse against Children and Adolescents; Network; Intersection.

- **INTRODUÇÃO**

Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla relativa à atualização da Matriz Intersetorial de enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, a qual é resultado da vocalização da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. Este trabalho é articulado com o *The United Nations Chilren's Fund* - UNICEF e o Grupo de Pesquisas sobre Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - VIOLES/SER/UnB, que construíram as bases políticas, técnicas e financeiras para a elaboração da referida Matriz, realizada no período de agosto a dezembro de 2004 e atualizada no ano de 2010.
Esta é uma ferramenta estratégica, de cruzamento de informações, que possibilita dar visibilidade quanti-qualitativa à exploração sexual de crianças e adolescentes e às ações de enfrentamento por meio da intersetorialidade no contexto das políticas de promoção.
Neste contexto, esta pesquisa dimensiona aspectos da atualização da Matriz, focalizando a realidade do município de Aracaju, através das informações de fontes oficiais em âmbito federal, consulta a gestores públicos federais e no município de Aracaju, consulta aos dados municipais sobre programas sociais de combate à ESCA, órgãos de defesa e

responsabilização que atuam no combate à ESCA, de acordo com os três eixos adotados pela Matriz Intersetorial de Combate da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Discutir ESCA implica em trabalhar o fenômeno sob diversas perspectivas, considerando isto, é necessário traçar um breve levantamento dos conceitos de ESCA e inicializamos com uma conceituação mais ampla, considerando a ESCA em todas as suas modalidade. O que constitui um dos mais bruscos tipos de violência, violação de direitos, violência sexual contra crianças e adolescentes.

Várias pesquisas apontam a pobreza e a exclusão social como principais aspectos que influenciam fortemente a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Estudos têm demonstrado que as acentuadas desigualdades – social e econômica – entre pobres e ricos; homens e mulheres; brancos, negros e indígenas; bem como as disparidades regionais, constituem aspectos determinantes para a existência desse fenômeno. No entanto, também consideramos um dado novo de pesquisas sobre a ESCA; o envolvimento do grupo infanto-juvenil nesta atividade como uma forma de inclusão na sociedade de consumo. (CERQUEIRA, 2009)

As categorias Exploração sexual de Crianças e adolescentes, Rede, Intersetorialidade, serão desenvolvidas neste artigo através de uma estrutura que compreende, além da introdução e das considerações finais, a perspectiva metodológica, a contextualização histórica de fundamentos teóricos -metodológicos e a focalização de alguns resultados, englobadas no tópico de desenvolvimento.

- **DESENVOLVIMENTO**

Procedimentos metodológicos

Este estudo teve como opção metodológica a pesquisa com características quanti-qualitativa, na qual os instrumentos da coleta de dados são complementares na busca pelo desvendamento da realidade. “Certamente, isso pressupõe outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante a informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos” (MARTINELLI, 2005, p. 21). O conhecimento produzido sobre o objeto deste estudo apóia-se em dados quantitativos e qualitativos, através das diferentes fontes: bibliográficas, documentais e fontes empíricas.

Após superar as etapas de coleta de dados, as entrevistas foram transcritas para uma posterior análise detalhada dos depoimentos dos entrevistados. Adotou-se o procedimento de análise de conteúdo, para a análise dos dados. Neste sentido, à luz do referencial bibliográfico, inferimos o que os sujeitos da pesquisa verbalizaram depoimentos com sentidos e significados relacionados aos temas abordados, permitindo a interpretação com base nos conceitos teóricos orientadores da pesquisa.

Marcos legais para a conceituação da ESCA

A Matriz intersetorial, base para esta pesquisa, tem como fundamentos os princípios do Plano Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Brasil: 2010); no Plano de Erradicação do Trabalho Infantil (Brasil: 1998) e no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (Brasil: 2000). Considerando que a sexualidade é construída por meio da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem estar individual, interpessoal e social. [...] Direitos sexuais são direitos humanos universais [...] Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais. (XII Congresso Mundial de Sexologia – Hong Kong 1997).

A partir da concepção de que as crianças e adolescentes que são explorados sexualmente, não podem ser considerados como prostituídos, já que os mesmos não possuem a faculdade da livre escolha ou livre consentimento nas relações sexuais, existindo leis que buscam proteger as vítimas e responsabilizar os agressores.

A exploração e o abuso sexual de menores, crianças e adolescentes imaturos em seu desenvolvimento, através de seu envolvimento em atividades sexuais não compreendidas totalmente por eles, às quais são incapazes de dar consentimento, válido, é um problema emergencial na agenda do Estado, mas, de modo algum, pode ser confundido com a liberdade de exercício da sexualidade de adolescentes psicologicamente desenvolvidos (CARVALHO, 2009, p. 45).

Como base fundamental para a Matriz e sua atualização temos o Disque 100, que se trata de um serviço que recepciona, encaminha e monitora denúncias de violência contra crianças e adolescente, este serviço está presente em todos os estados brasileiros, sendo que em maio de 2003, o Dique 100 foi repassado para o Poder Executivo, com coordenação e execução da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), até dezembro de 2010. Em 2010 foi criado o Disque Direitos Humanos que incorpora o Disque Denúncia de Violência

Contra Crianças e Adolescentes. (SDH, RELATÓRIO, 2010).

Existem dificuldades de relatar a história das crianças, poucos são os documentos sobre o comportamento dos adultos em relação a elas. Porém, existe a certeza de que muitas crianças e adolescentes foram alvos de ações violentas praticadas pelos pais e responsáveis (ALBERTON, 2005). Segundo Ariés (1981), o conceito de infância foi criado a partir do século XVII, quando as crianças passam a ser separadas dos adultos, porém tornam-se privadas de liberdade e destinadas a castigos severos.

A pesquisa em foco apresenta a exploração sexual de crianças e adolescentes como está definida na Declaração aprovada no Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo-1996 como:

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma violação fundamental dos direitos infanto-juvenil. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a **remuneração em espécie à criança**, ao adolescente, a uma terceira pessoa ou a várias. A criança e o adolescente são tratados como objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes constituem uma forma de coerção e violência, que pode implicar o trabalho forçado e as formas contemporâneas de escravidão.

Outrossim, o grifo reflete, a crítica feita e este conceito, já que a ESCA não ocorre exclusivamente em uma relação mercantil.

Em 2001, ocorreu o II Congresso Mundial Contra ESCA, em Tokohama no Japão, que diferencia no contexto da violência sexual contra criança e adolescente o de abuso sexual e da Exploração sexual comercial:

A violência sexual foi subdividida em dois grupos: o **abuso sexual** e a **exploração sexual comercial**. Do primeiro grupo, fazem parte os atos abusivos intra e extra-familiares, perpetrando-se a intermediação do dinheiro, enquanto que do segundo grupo fazem parte aqueles atos em que, de certa forma, há a troca do sexo por uma remuneração (PRÓ-MENINO, 2010).

Em novembro de 2008, ocorreu no Rio de Janeiro o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, esta sequência de dois importantes eventos, realizados em Estocolmo, na Suécia em 1996 e em Yokohana, Japão em 2001. O III congresso contou com a participação de mais de 3.500 pessoas de 160 países e teve como objetivo fortalecer o debate nacional e latino-americano acerca de abuso e exploração de crianças e adolescentes no mundo, através de debates e diálogos para a potencialização das ações de enfrentamento destes problemas. (BRASIL, 2008).

Descentralização e Intersetorialidade

Um das consequências da democratização no Brasil é a descentralização, que sugue como uma forma avançada de democratização do poder, esta surgiu na década de 1990, como uma expressão da Carta Magna de 1988, que estabelece como princípio a descentralização e a municipalização das políticas públicas, assim como a participação popular na formulação e controle das ações do Estado.

A combinação entre intersetorialidade e descentralização aponta para um novo rumo nas políticas públicas, negam o viés assistencialista impregnado nas políticas sociais brasileiras, temos a descentralização e a intersetorialidade para JUNQUEIRA (2005) como uma abordagem integrada dos problemas sociais que necessitam de ações em que haja interdependência entre a descentralização e intersetorialidade.

Além disso, o tema descentralização traz consigo muitas interpretações, algumas delas deturpadas, quando considera que descentralizar é repassar as obrigações para a sociedade civil, ou mesmo para os municípios,[i] sem um preparo técnico e suporte financeiro. A descentralização conduz para a redistribuição de poder, através da articulação entre o Estado e sociedade, assim como a argumenta JUNQUEIRA (2005), “Assim, descentralizar não é apenas um processo de transferência de atribuições e competências que ocorre no âmbito do Estado, entre os três níveis de governo e entre as suas organizações, mas também para entes privados de caráter público.” (JUNQUEIRA, 2005, p.02).

A combinação entre a territorialidade e intersetorialidade, demanda um modelo de gestão articulada com a realidade, exigindo uma análise profunda das demandas e necessidades existentes naquele território (SPOSATI, 2002). Uma gestão com espaço para a participação da população, trata-se de uma participação cidadã, que convida os indivíduos para o desafio da prática autônoma, com a liberdade de conhecimento dos recursos existentes e de escolha da opção que se tem necessidade para a população de determinada região. (BIDARRA, 2009).

A dimensão territorial é um aspecto importante para uma gestão intersetorial, o território local é um espaço fértil para a articulação entre as políticas públicas, SPOSATTI (2004) admite que a intersetorialidade convencione com a territorialidade, pois esta exige que o estudo das demandas sejam construídas a partir do real.

Nessa perspectiva, as política públicas no Brasil têm como desafio atuarem para a democratização do governo e universalização dos direitos sociais, sem perder o foco nas particularidades e diversidades locais, torna-se necessário o estudo das diferenças e desigualdades regionais para o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de atendimento à criança e adolescente é de grande importância para inverter a ideia de ações setorizadas (KOGA & NAKANO, 2002).

A visão de uma gestão intersetorial nos remete à necessidade da participação da população no planejamento, decisões e avaliações de ações que consideram o contexto das demandas, visualizando a dimensão territorial para uma leitura da totalidade como uma forma de melhor intervir sobre a mesma. No entanto, MARTINS E BERETTA (2004) assinalam que:

A descentralização ainda tem dificuldades em se realizar pela concentração das decisões nas mãos do Executivo local, dada pela cultura do patrionalismo e clientelismo, apropriação da máquina pública, tendência à burocratização e especialmente pela falta de tradição de enfrentamento das questões sociais. (MARTINS E BERETTA, 2004, p. 75).

No Brasil e ideia de descentralização teve grande ênfase nas décadas de 80 e 90 do século passado, vinculado a possibilidade de democratização do país. A descentralização traz a possibilidade da presença democrática dos cidadãos e o controle social.

A Intersetorialidade e o Enfrentamento à ESCA

Entre os eixos norteadores para a Matriz Intersetorial estão o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes - PNEVSCA, e o Plano Decenal, entretanto, esta pesquisa por ser de menor porte, apenas trabalha com as instituições e suas divisões em eixos a partir do Plano Decenal, nos limitando a apresentação de maneira resumida a inclusão das instituições destas amostras no 6 eixos do PNEVSCA.

Eixo 1: análise das causas e fatores, modalidades de violência , realizar uma análise dos recurso disponíveis para o enfrentamento à violência sexual e o diagnóstico da rede de proteção. Da amostra deste estudo, participam deste eixo a SEMED, SEMASC, SMS, Conselho Tutelar, CMDCA, e Comitê de enfrentamento à Violência Sexual.

Eixo 2: mobilização e articulação que busca o comprometimento da sociedade civil e fortalecimento da articulação com poderes locais, estaduais e federais. Em Aracaju a amostra abrangeu a SEMED, SEMASC, SMS, Conselho Tutelar, CMDCA, e Comitê de enfrentamento a Violência Sexual.

Eixo 3: defesa e responsabilização buscam atualizar legislações, no combate à impunidade através da capacitação para a área jurídico-policial, nesta amostra foram completadas entre as instituições que participam deste eixo, SMS, Conselho Tutelar, CMDCA, Comitê de enfrentamento à Violência Sexual , DAGV e PRF.

Eixo 4: atendimento, aqui busca-se o atendimento integral e especializado às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual, através de uma rede, com profissionais capacitados. Temos como amostra: DAGV, SMS e Conselho Tutelar.

Eixo 5: prevenção, ações preventivas e articuladas para a educação e autodefesa. São parte destas: SEMED, SMS.

Eixo 6: Protagonismo Infanto-Juvenil, com objetivo de promover a participação das crianças e adolescentes na implementação do plano e campanhas para a divulgação dos mecanismos de defesa e proteção. Assim como a capacitação dos gestores e técnicos. São participantes deste eixo e integrantes da amostra a SEMED, SEMASC, SMS e Conselho Tutelar. Adotamos a análise dos dados a partir das divisões por eixos.

Considerando a Exploração Sexual de Criança e Adolescente - ESCA a partir de duas abordagens, como defende Saffioti (1989), a primeira aproxima-se do conceito de exploração econômica, a outra remete à busca de prazer do explorador em detrimento da saúde mental da criança ou adolescente[ii].Trata-se de uma grave violação dos direitos infanto-juvenis, cujo enfrentamento deve ocorrer através de parcerias, construção de redes.

O estudo em questão aborda o tema por meio de três eixos que permeiam o Plano Decenal e são fonte de organização para a Matriz Intersetorial, são eles: Promoção, refere-se a Programas e Ações de Enfrentamento da ESCCA no Combate à Pobreza, desigualdade e diversidade. Defesa e responsabilização e Ações de enfrentamento da sociedade civil para o enfrentamento da ESCA.

O artigo, foca as ações do Eixo de Promoção e o eixo de Defesa e Responsabilização. O primeiro relaciona-se com a

geração e utilização das habilidades de indivíduos e grupos sociais, com vista à implantação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Diretrizes:

a) promoção da cultura, do respeito e da proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito da família, das instituições e da sociedade.

b) universalização do acesso às políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças e adolescentes e de suas famílias e contemple a superação das desigualdades, promoção da equidade e afirmação da diversidade.

De acordo com LOPES (2009) no enfrentamento à ESCA, as políticas que têm maior atuação são a Assistência Social, Saúde e Educação. Sendo estas as políticas de enfrentamento as selecionadas por este estudo como representantes do eixo da promoção.

Em Aracaju, capital Sergipana, no eixo da promoção, há uma grande deficiência - a inexistência do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes PAIR. Trata-se de uma lacuna grande na defesa dos direitos humanos. Para a implantação deste programa a SDH-PR disponibiliza editais, nos quais as prefeituras e ou outras instituições mandam projetos para a financiamento do mesmo.

A seguridade social possui como tripé a Saúde, Assistência e Previdência, as duas primeiras constituem políticas públicas que interagem com a rede no enfrentamento à ESCA, sendo a saúde regulamentada pelo Sistema Único de Saúde, que tem como diretrizes ações intersetoriais.

No enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes a Secretária Municipal de Saúde conta diretamente com a ficha de notificação Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), o Sistema de Aviso Legal por violência, maus tratos ou exploração contra crianças e adolescente (SALVE). , indiretamente temos os Centro de Atenção Psicossocial CAPS, Programa de Saúde da Família PSF e as Unidades de Saúde da Família USF.

Os projetos e programas apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, trabalham de maneira indireta com o enfrentamento à ESCA, à medida que visam à inclusão e permanência de crianças e adolescentes nas escolas, sendo retiradas do trabalho infantil e com atividades socioeducativas, que têm por objetivo a inserção da família, comunidade em atividades lúdicas e educativas.

No Eixo da defesa e responsabilização a garantia à proteção jurídico-social às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é um dos objetivos principais, sendo que em Aracaju a amostra destas instituições foram a Polícia Rodoviária Federal, especificamente o “projeto mapear”; A polícia Civil, suas ações nas Delegacias de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV; O conselho Tutelar do 2° Distrito de Aracaju; A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado Sergipe.

III-CONCLUSÃO

O presente processo investigativo constituiu na análise de programas e ações de enfrentamento à ESCA, sob através das instituições executoras, nos eixos de Promoção e Defesa e responsabilização . Sendo que este estudo integra uma investigação mais ampla sobre o tema: “Atualização da Matriz Intersetorial de enfrentamento à ESCA”.

Ao teorizar a questão do enfrentamento da ESCA, o estudo constatou que este fenômeno se apresenta em quatro modalidades: Turismo Sexual, Tráfico de Pessoas, Pornografia e em Situação de Prostituição. Trata-se de uma violência sexual, um crime previsto no Código Penal Brasileiro, também considerada com uma das piores formas de trabalho infantil. Sendo que para o seu enfrentamento, tornam-se necessárias articulações governamentais e não governamentais através de ações construídas por meio de uma rede intersetorial.

No contexto de reestruturação produtiva e da política neoliberal, o enfrentamento da ESCA através da ação governamental, ou seja, por meio das políticas públicas, ocorre de maneira pontual, fragmentada. Em Aracaju, o estudo apontou que a gestão intersetorial não comanda o foco de atuação, seus serviços e ações são desarticulados dentro da própria instância das secretarias trabalhadas e aprofundada nas relações entre políticas diferentes, pela falta de comunicação, hierarquização dos serviços e vaidade institucional.

Nestas perspectivas, tornam-se necessárias políticas públicas integradas no enfrentamento da ESCA através do empoderamento e autonomia para as famílias das vítimas da exploração sexual, por meio de geração de renda e emprego como alternativas para estas crianças e adolescentes envolvidas na rede de exploração. Assim, também como o fortalecimento das ações e serviços existentes de prevenção e promoção das secretarias, as quais necessitam ser rearticulados para o enfrentamento do fenômeno estudado.

O eixo da defesa e responsabilização de acordo com o PNEVSCA, objetiva a garantia da aplicação da legislação vigente visando garantir a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, com prioridade para os mesmos e agilidade para a identificação e responsabilização do agressor, como forma de cessar a incidência da

violência sexual.

Para isso, torna-se necessário a capacitação de profissionais que atuem neste eixo, estudos sobre a incidência de exploração sexual com o intuito de criar bancos de dados que auxiliem em ações de enfrentamento e combate à ESCA. Além de ações articuladas entre as instituições que compõem este eixo, assim como os órgãos dos demais na busca de ações amplas e concretas.

Na capital sergipana, entre a amostra trabalhada, os órgãos de defesa e responsabilização apresentam a maior dificuldade para a efetivação de uma articulação intersetorial, suas ações são diversas, policiamento, medidas educativas, fazer cumprir o ECA, entre outras, sendo que cada instituição em sua maioria planeja e executa suas ações sozinhas, sem articulação com os demais órgãos deste eixo, assim como os demais eixos aqui analisados.

Entretanto, ressaltamos a existência de atividades como campanhas, eventos, capacitações, o Projeto “Mapear”, pesquisas, disseminação de informações como ações que contribuem para maior visibilidade da ESCA e construção de bases para o enfrentamento desta. Assim também, como ações coercitivas no combate a este fenômeno com a responsabilização dos explorados.

A amostra abrangeu os eixos Promoção, Proteção e controle e Sociedade Civil, considerando a ótica dos profissionais envolvidos nos serviços e políticas que atuam no enfrentamento da ESCA. O Projeto “Mapear” e os inquéritos obtidos na DAGV possibilitaram vislumbrar um retrato parcial da incidência de ESCA em Aracaju, bem como possibilitou traçar um perfil das crianças e adolescentes explorados. Reafirmados pelas falas de depoentes, trata-se em sua maioria de meninas de famílias pobres e em muitos casos com os vínculos familiares fragilizados, quando não rompidos.

Na análise dos depoimentos e dos serviços e ações existentes de enfrentamento da exploração sexual, foi possível verificar que há uma rede de enfrentamento à violência sexual construída em Aracaju, porém, torna-se necessário fazê-la funcionar de maneira eficiente, é mister que haja uma comunicação interativa entre os componentes da mesma, planejamentos conjuntos, assim como também haver momentos de avaliação dos resultados

Aponta-se para a necessidade de superar a fragmentação das ações e serviços governamentais, por meio de um trabalho intersetorial, tanto no campo das políticas públicas, quanto no eixo de defesa e responsabilização. É imperativo que todos assumam a sua responsabilidade na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

ALBERTON, M. S. **Violação da infância**: crimes abomináveis humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre: AGE, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIDARRA, Z. S. **Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos.** In: Revista Serviço Social & Sociedade**,** n. 99, São Paulo, Cortez, 2009, p. 483-497.

BRASIL**.. Relatório da matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** Brasília: UNICEF/SEDH-PR, 2004.

_____. **Atualização da matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: UNICEF/SEDH/PR, 2011.

_____. **Programa nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**: Crescendo junto com o Brasil. Brasília: SEDH/PR, 2011.

_____. **III Congresso mundial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro, 2008, disponível em: *portal.mj.gov.br/sedh/Anais-IIICM.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2011.*

CARVALHO, A. C. B. O. **Violência sexual presumida:** Uma análise em face do princípio constitucional da presunção de inocência e da capacidade de autodeterminação sexual do menor. Curitiba: Juruá, 2009.

CERQUEIRA, E. S. **Vítimas de exploração sexual de crianças e adolescentes**: Indicadores de risco, vulnerabilidade e proteção. Relatório final. CHILDHOOD, 2009.

CONGRESSO DE ESTOCOLMO. **Relatório do congresso mundial contra exploração sexual comercial de crianças.** Suécia: UNICEF, ECPAT E Grupos de ONGs para a convenção dos direitos da criança, 1996.

KOGA, D; NAHANO. K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista serviço social & sociedade,** n.72, São Paulo, Cortez, 2002, p. 98-108.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Articulação entre serviço público e o cidadão.** X Congresso Internacional Del CLAD sobre a Reforma Del Estado y de La Administración Pública. Santiago, 18-21 Oct, 2005.

LEAL, M. L. P. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. RJ: *Save the children*, Suécia, 2003.

LOPES, M. H. C**. Políticas Intersetoriais Integradas.** Artigo apresentado como Tema 3 no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na cidade do Rio de Janeiro/Brasil de 25 a 28 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.violes.unb.br/index_violes.php. Acesso em: 18 de outubro 2010.

MARTINS, L. C. O; BERETTA. R. C. S. Estado, municipalização e gestão municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 77, São Paulo, Cortez, 2004, p. 63-77.

MARTINELLI, M. L. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Pesquisa e Produção do conhecimento em Serviço Social. Ano V, n. jan/jan., 2005.**

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA,V. N. A. (org.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 49-95.

SAFFIOTTI. Heleieth. **Gênero, Classe, Raça**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI. A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.72, São Paulo, Cortez, 2002. p. 133-141.

_____. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social & Sociedade,** n.77, São Paulo, Cortez, 2004. p. 30-53.

World Health Organization (Organização Mundial de Saúde) (1999). ***Child abuse & neglect*.** Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/activities/child_maltreatment/en/index.html Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

[1] Processo de municipalização: o processo de municipalização da gestão envolve a territorialidade, o conhecimento da realidade e particularidades do território e como o reconhecimento de heterogeneidades regionais. (SPOSATI, 2004).

[1] Referente à saúde mental dos explorados, a pesquisa “Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção”, a qual identificou que entre os participantes, 60.9% relataram já ter pensando em suicídio. Entre estes, 58,1% tentaram praticá-lo.

[1] Lucivânia de Oliveira Lisboa: Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

Recebido em: 06/06/2015
Aprovado em: 10/06/2015
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: